



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 01 / 09

Data da Sessão: 16 de Fevereiro de 2009

Início da Sessão: 16.00 horas

Fim da Sessão: 18.15 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Lídio dos Santos Cristo, Dr.-----

1º Secretário: Manuel Eduardo Magalhães Portelinha -----

2º Secretário: Vitor Manuel Monteiro Travassos-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Fevereiro, 16

----- Aos 16 dias do mês de Fevereiro do ano de 2009, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**PONTO UM** - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA; -----

----- **PONTO DOIS** - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ACTIVIDADE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO; -----

-----**PONTO TRÊS** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A RESOLUÇÃO DE PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO DAS PARCELAS DE TERRENO PARA A CONSTRUÇÃO DO CAR – CENTRO DE ALTO RENDIMENTO DE MONTEMOR-O-VELHO -----

----- Feita a chamada e verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão, às dezasseis horas. -----

-----**PRESENCAS** - Membros: Lídio dos Santos Cristo, Fernando Jorge dos Ramos, Manuel Eduardo Magalhães Portelinha, Mário de Oliveira Maia Pardal, Marco Bruno Cardoso Branco de Freitas Góis, Edite Maria Monteiro Girão, Armindo Mota Correia, Milena Sofia Jorge Faria, Fernando Manuel Dias Monteiro, Olímpio Varela Baía, Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, , Vítor Manuel Monteiro Travassos, Rui Manuel da Costa Rodrigues, Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis, Nuno Miguel Pinto Loureiro, João Paulo Cardoso Rosado Maurício, José Laranjeiro Costa, José Manuel Cardoso Buço, José Uriel Carvalho Breda e os Presidentes de Junta de Freguesia de Abrunheira, Arazede, Carapinheira, Ereira, Gatões, Liceia, Meãs, Montemor-o-Velho, Pereira, Santo Varão, Seixo, Tentúgal, Verride e Vila Nova da Barca. -----

-----**FALTAS JUSTIFICADAS** - Maria Isabel Martins Rolim, Jorge Luís Forte Camarneiro e Jorge Manuel Gonçalves Mendes dos Santos, que foi substituído por Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo. -----

-----**Presenças dos Senhores Vereadores** – Pedro Manuel Monteiro Machado, António Monteiro Saltão, Hernâni Óscar Pires Costa Rama, António Girão Rasteiro, Manuel Alberto Gonçalves Góis e Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge. -----

----- Foram, entretanto, aceites pedidos de justificação de faltas e/ou atrasos dos Membros desta Assembleia Municipal, que foram despachados e arquivados em dossier próprio. -----

-----**PONTO UM**- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O PMAM usou da palavra e disse: “Verificada a existência de quórum, vamos dar início à Assembleia Ordinária, do dia 16 de Fevereiro de 2009. Apresento os meus cumprimentos ao Presidente da Câmara Municipal (PCM), Vereadores, Secretários da Assembleia (SMAM), Membros da Assembleia, Presidentes de Juntas de Freguesia (PJF), colaboradora Neiva Esteves e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Fevereiro, 16

público em geral. A todos desejo sinceramente uma boa reunião, participada e discutida, dentro do ambiente habitual de contenção e respeito. Solicito ao SMAM, Vítor Travassos, que nos dê conhecimento da correspondência recebida e expedida”.-----

----- O SMAM, Vítor Travassos, cumprimentou os presentes e referiu a correspondência recebida e expedida, para além da que já foi enumerada em documento enviado, a saber: parecer da ANMP sobre a proposta de Lei nº 247, Orçamento de Estado Rectificativo de 2009; convite para participação no II Encontro de Governos Locais Lusófonos que decorrerá em Lisboa, no Parque das Nações, a 26 e 27 de Março; Circular da ANMP que se refere aos Estados Gerais dos municípios e Regiões da Europa, a realizar na Suécia, de 22 a 24 de Abril; Boletim da Associação Nacional de Municípios; ofício da CMMV a remeter acta da reunião ordinária de 9 de Janeiro; ofício da CMMV solicitando o agendamento da Resolução de Pedido de Declaração de Utilidade Pública da Expropriação das parcelas de terreno para a construção do CAR – Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho; ofícios, a devolver Certidões de Afixação de Editais; convite da EB 2, 3 de Carapinheira para participar em diversos painéis sobre a avaliação externa a que aquela Escola está a ser sujeita; ofício sobre concurso de Escolas Conde Ferreira; pedido de substituição do MAM Jorge Manuel Mendes dos Santos e declaração justificativa de doença da Maria Isabel Martins Rolim. -----

----- Foi, então, colocada à discussão a acta da reunião deste Órgão Deliberativo, do dia 22 de Dezembro de 2008. -----

----- Após algumas solicitações de correcções, aceites e realizadas de imediato, a acta foi colocada à votação tendo-se obtido o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstencões – 03; -----

----- Votos a favor – 29. -----

----- A acta da Sessão Ordinária de 22 de Dezembro de 2008 foi aprovada por maioria. -----

----- Posteriormente, foram dados cinco minutos para que fossem entregues à Mesa as Moções, Requerimentos, Propostas, Recomendações, ou seja, os documentos que os Membros deste Órgão entendessem por convenientes. -----

----- E foram aceites: -----

----- **Requerimento** subscrito pelo Membro Fernando Ramos, da bancada do Partido Socialista (PS) - ("**Subsídios atribuídos pela Câmara Municipal de Montemor-o-Velho em 2007 e 2008**") , conforme **documento anexo** à presente acta sob o número **01**.-----

----- Este Requerimento vai ser enviado à CMMV. -----

----- **Moção** subscrita pelo Secretário Vítor Travassos, (CMNRC) - ("**Diversos**") , conforme **documento anexo** à presente acta sob o número **02**.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2009, Fevereiro, 16***

----- Não havendo intervenções, passou-se de imediato à votação, tendo a Moção sido aprovada por unanimidade. -----

----- O Membro Fernando Monteiro (CMNRC), pediu a palavra e disse: “Cumprimento a MAM o PCM, os Vereadores e todos os MAM. -----

----- Quero realçar o magnífico momento cultural e musical que foi o concerto de Ano Novo que decorreu no passado dia 17 de Janeiro, na Igreja dos Anjos. De facto, a conjugação dos elementos que participaram proporcionou um momento alto de cultura e de entretenimento, salientando-se todos os desempenhos não só da parte coral, mas também da parte instrumental e a empatia criada pelo Maestro Virgílio Caseiro que, de uma forma sublime, conseguiu cativar o vasto auditório presente. Sei que, em política, nem tudo o que conta é contável, mas o Executivo desta Câmara Municipal está de parabéns por ter proporcionado aos seus Munícipes, na senda de outros programas e de outros concertos realizados anteriormente, tão agradável sarau. -----

Outra questão que pretendia realçar é o caso concreto da estrada que liga a Ponte de Alfarelos à Ponte de Formoselha, junto aos Campos do Mondego. Sou um utente daquela via e verifico que, com o grande índice de pluviosidade dos meses de Dezembro, Janeiro e também de Fevereiro, a estrada, que já se encontrava num estado lastimável, ficou quase intransitável. Obviamente, que esta situação proporciona uma série de inconveniências problemáticas para quem lá circula de uma forma regular ou quotidiana. Verifiquei, também, que colaboradores da CMMV taparam alguns dos imensos buracos existentes e, obviamente, que como Munícipe e como utilizador da referida via, agradeço este gesto e esta atitude e certamente comigo estarão todos aquelas centenas largas centenas de utilizadores. Por aquilo que sei não é da responsabilidade deste Município a conservação e a manutenção desse percurso, mas não deixa de ser meritória a intervenção atempada que foi realizada, de forma a minimizar os riscos de danos pessoais ou materiais dos seus utilizadores”. -----

----- O Membro José Costa (PS) pediu a palavra e disse: “Reforçando as palavras do Membro Fernando Monteiro, não posso deixar de referir que, mesmo sabendo das dificuldades que existem do ponto de vista da jurisdição da estrada, junto às Meãs, na ligação que segue em direcção a Tentúgal com ligação para Pereira, existe uma zona que está bastante degradada. A estrada, efectivamente, hoje é utilizada por muitos Munícipes e não só, pelo que urgia alguma intervenção de modo a remediar um pouco aqueles buracos, porque um condutor menos atento pode danificar a viatura ou mesmo provocar um acidente. Se houvesse essa oportunidade, seria interessante”. -----

----- O Membro Rui Rodrigues (PS) pediu a palavra e disse: “Gostaria de saber em que situação se encontra a entrega da Urbanização de Pereira, dado que já passou algum tempo e não tem havido quaisquer novidades a esse respeito”. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2009, Fevereiro, 16***

-----O Membro Mário Pardal (CMNRC) pediu a palavra e disse: “Considero que, politicamente, houve um facto relevante neste PAOD e que se prende com o requerimento entregue pelo Líder do Grupo do PS sobre todos os subsídios atribuídos e a forma como o foram, nos anos de 2007 e 2008 e sobre o que se encontra por liquidar. Entendo que os subsídios, a todo o tecido associativo do concelho, têm regras muito claras que aprovámos nesta AM e sabemos que as regras são claras. Considero pouco responsável estar a pedir, por requerimento, um extenso rol de documentos desta índole a quem, neste momento, estará muito mais preocupado com as candidaturas ao QREN que, desde 2007, já devia estar a funcionar e não está. Gostaria que as pessoas com responsabilidades políticas acrescidas nesta AM demonstrassem, cada vez mais, a preocupação de como é que o Executivo consegue honrar os compromissos que tem com o tecido associativo e com as JF, enquanto lança outros projectos de grande importância para o Concelho. Basta estar atento para verificar as diversas adjudicações realizadas, com grande sentido de responsabilidade, e referentes a obras que são fundamentais, como por exemplo: saneamento, atingindo os 81% de cobertura do Concelho, parques escolares, asfaltamento de estradas e desenvolvimento industrial com a consequente criação de empregos. Considero, pois, que pedir uma relação dos subsídios atribuídos e a situação de pagamento de 2007 e 2008, é uma mera diversão porque estamos próximos de um acto eleitoral e tenho chamar as coisas pelos nomes. Não vejo qualquer motivo para criar factos políticos quando se tem uma liderança forte numa Câmara que tem mostrado uma grande lucidez e um grande sentido do dever. -----

Sei que deve ser muito complicado ser Oposição nesta situação, mas pedir um requerimento sobre todos os subsídios atribuídos gera um clima de desconfiança, até porque esta AM tem aprovado todos os documentos que lhe são apresentados. Continuo a dizer que é uma manobra de diversão porque, por vezes, fala-se que há JF que estão à espera de algum dinheiro, mas a minha passagem por esse órgão ensinou-me que os Executivos Socialistas nunca deviam dinheiro às JF porque não eram capazes de criar cumplicidades e assinar os protocolos que hoje se assinam. Deve ser muito complicado aguentar este tipo de situações e a CM tem tido um comportamento bastante correcto e não vai ficar nada por pagar e, para isso, basta que o Governo Central não nos ande a dar tanga desde 2007. Como é que se lançam planos de intenções, como é que lançam concursos se ainda não veio um cêntimo do QREN? Não quero com isto dizer que a AM não tenha legitimidade para fazer, os requerimentos que entender mas penso que é perder tempo quando há outras coisas mais importantes para o desenvolvimento do Concelho. Face a toda a conjectura do QREN, que tem paralisado muitos projectos em todo o país, deveríamos ter um gesto de solidariedade e de apreço pelo arrojo que a própria CMMV tem tido ao avançar com as obras que tem avançado. Muito obrigado”. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Fevereiro, 16

----- O PCM pediu a palavra para prestar esclarecimentos e disse: “Em relação às questões que foram colocadas, logicamente, que se não tivermos o sal e a pimenta isto não presta para nada. Relativamente às estradas há uma questão que é clara e que é de princípio - de certa forma, determinados Organismos que têm responsabilidade naquela área, começaram a habituar – se mal e não corresponderam a desafios que foram colocados pelas Câmaras de Montemor e de Soure para recuperar, em parceria, toda aquela estrutura. Há uma proposta concreta, com pelo menos 3 anos, em que apresentámos um orçamento de 400 mil euros para a recuperação de toda a estrada e apresentada ao INAG em que este pagaria 50% e as Autarquias 25% cada uma, mas os seus responsáveis disseram que não tinham dinheiro para tal. Isto é perfeitamente incompreensível pois, segundo o que foi referido, não havia, em PIDDAC, afectação de verbas para a manutenção da Obra Hidroagrícola do Baixo Mondego, mas apenas para a manutenção do canal de rega. Claramente que é uma situação delicada e não é por acaso que, no projecto do CAR, preferimos optar por transpor para a margem direita do Centro Náutico, uma ligação que vai possibilitar que todo o trânsito que sairá da Ponte de Formoselha chegue ao entroncamento da Ponte das Lavandeiras. -----

----- No que se à Urbanização da Quinta de S. Luis, penso que a pergunta foi mal feita. À questão colocada respondia-lhe, facilmente, dizendo que foi entregue ontem ou anteontem. A questão, neste momento, prende-se com as infra-estruturas tendo-se realizado, já, uma vistoria pelos serviços em não estando, ainda, apuradas todas as responsabilidades por parte do mediador e tem havido um pouco de condescendência, do ponto de vista temporal, entre aquilo que foi assumido e o que está executado. Há contrapartidas, do ponto de vista das acessibilidades que, muitas vezes, prejudicam um fechar mais radical de determinado tipo de concretização. Já no Executivo transmiti diversas vezes, e reitero-o aqui publicamente, é que haja uma atenção muito próxima para que, em tempo mais célere possível, se possam concretizar todos os aspectos pendentes”. -----

----- “Relativamente aos subsídios atribuídos, não considero que haja qualquer polémica. Faz parte da gestão e da transparência e, relativamente ao ano de 2007, remeto integralmente para a Conta de Gerência de 2008 onde todos se encontram definidos, havendo apenas necessidade de distinguir os que transitaram na dívida. Quanto aos do ano de 2008, em Abril, teremos reunião da AM onde se discutirá a Conta de Gerência e estarão lá todas representadas. A única questão que aqui se pode e deve levantar é o facto de, anteriormente, na maioria dos casos, a atribuição desses subsídios, se realizar sem a certeza de utilização e que hoje têm de ser fundamentados. Mais do que nunca, estamos a falar de despesa de capital versus despesa corrente e, isso, é uma obrigatoriedade imposta pelo Tribunal de Contas que, ainda há pouco tempo, solicitou uma amostragem junto de mais de 150 Câmaras, para que apresentassem as transferências efectuadas, entre 2005 e 2008, referindo a quem se destinavam, qual a forma de quitação e a garantia da sua exequibilidade. Como se sabe, hoje temos regulamentos para as áreas do associativismo desportivo, cultural e social,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2009, Fevereiro, 16***

requerente este último, no entanto, alguma atenção muito específica e algum apoio que muitas vezes, não colhe unanimidade, sobretudo de quem está de fora. Lembro-me perfeitamente que, em determinadas circunstâncias, fomos acusados de estar a dar muito apoio às Comissões Fabriqueiras das Igrejas, mas as pessoas têm de entender que estas, muitas vezes, têm por trás de si uma instituição social que presta ao serviço de apoio social, comunitário e humanitário importantíssimo”. -----

-----**PONTO DOIS - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ACTIVIDADE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO;**-----

-----O PMAM colocou à discussão o documento enviado e não se registou qualquer pedido de intervenção pelo que se passou ao ponto seguinte da OT. -----

-----**PONTO TRÊS – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A RESOLUÇÃO DE PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO DAS PARCELAS DE TERRENO PARA A CONSTRUÇÃO DO CAR – CENTRO DE ALTO RENDIMENTO DE MONTEMOR-O-VELHO** -----

-----O Membro Fernando Ramos pediu a palavra e disse: “Quanto à substância, desta proposta, o PS vai votar favoravelmente. A questão que gostaria de ver esclarecida tem a ver com o seguinte: como é que a CM se propõe adquirir 73 parcelas e apresentar indemnização pelas culturas para 76. Não sei se é um lapso ou se, realmente, a questão é outra e é isso que queremos saber e não propriamente a questão da votação em si”. -----

-----O Membro José Laranjeiro Costa (PS) pediu a palavra e disse: “Como já referiu o Membro Fernando Ramos a questão política não nos levanta qualquer questão. No entanto, do ponto de vista processual, levantaram-se-me algumas dúvidas, sobretudo no que diz respeito à acta e ao documento número 5, que aparece como “planta anexa” e em que se identificam os proprietários. Na acta diz-se, rigorosamente, que as parcelas de terreno a expropriar possuem uma área total de 178.621 m2, estando identificados 75 proprietários. Esta lista numérica, a determinada altura, salta na numeração e penso que haverá uma explicação para isso. Pergunto se já estão ou não adquiridas as parcelas que faltam ou se elas são ou não para expropriar. São identificados 50 proprietários no bloco da Carapinheira, portanto sendo na margem direita e, são identificados 25 proprietários no bloco de Alfarelos que é a margem esquerda. Curiosamente, o primeiro proprietário que surge no documento é Maria Emília Godinho, residente em Tomar, que possui o lote 234, com uma área total de 1889,870 m2 e do qual será expropriada uma parcela com 34,186 m2. Conhecendo a zona, esta parcela insere-se no contexto daquilo que são os trabalhos a realizar e, portanto, surge-me uma dúvida: é ou não para expropriar a área referida? Como já foi dito, compreende-se que das 75 parcelas identificadas, se retirem 2 que são propriedade da CM, resultando 73, sem dúvida

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2009, Fevereiro, 16***

nenhuma, mas se daquelas que estão identificadas apenas corresponde um agricultor ou rendeiro, conforme seja a circunstância, não haverá aqui mais um, que não encontro nas minhas contas?” -----

----- O Engenheiro José Cardoso explicou a situação: “A questão é simples: foram avaliadas, pelo perito externo, 74 parcelas a expropriar e 76 a indemnizar, já que 2 das parcelas são da CM ou seja, tendo apenas que se indemnizar os arrendatários. Na sequência do apuramento das áreas, verificou-se, também, que havia uma parcela em que a área a expropriar passou a ser zero e porquê? Porque quando se está a fazer o processo, o caminho alarga ou não alarga e quando se chega a um perfil transversal, uma parcela onde, inicialmente, era preciso expropriar 4 ou 5 m² passou a não ser expropriar nada e, então, ela é retirada e daí aparecer um salto na numeração. Por outro lado há uma parcela, parcialmente, inserida nos Concelhos de Montemor-o-Velho e de Soure e essa foi também retirada porque entre as duas autarquias já existe um documento de consenso devido aos limites territoriais dos Concelhos. Há mais uma ou outra situação em que os espaços são dúbios mas estamos à vontade para poder, com a autorização do Município de Soure, fazer um protocolo com a Estradas de Portugal, na zona da EN 347, onde irá ser construída uma rotunda que vai servir o acesso ao Centro e a ligação até à Ponte de Alfarelos, pelo que esses problemas ficarão resolvidos”.

----- O Membro Filipe Carraco (CMNRC) pediu a palavra e disse: “Em nome do Grupo da Coligação MNRC queria anunciar que votaremos a favor esta proposta, uma vez que isto vem no seguimento de todo um processo que, já desde Setembro de 2007, foi preconizado e que era uma das incumbências que o Município tinha assumido em termos dos terrenos a afectar à infra-estrutura. Como todos sabemos, é uma infra-estrutura com uma representatividade em termos nacionais, e é uma obra em que temos todo o gosto e o mérito que o Concelho cumpra as suas obrigações, assim o nosso Estado Central também não falhe na altura certa para que possamos levar a bom porto esta obra emblemática para o Concelho de Montemor e todo o Baixo Mondego”. -----

----- O PCM pediu a palavra e disse: “Apenas para explicar o porquê disto ter vindo à AM. O perito externo a quem recorremos fez uma avaliação global de 502.000 € que, após diversas correcções, atinge, agora, os 418.800 €. De acordo com a legislação, actualmente em vigor, quando o valor ultrapassa os 343.280 € tem de ser presente à AM, pois é ela que tem competência para autorizar tais operações. Este montante diz respeito apenas a expropriações feitas no contexto do CN, havendo outras que terão de ser efectuadas, como por exemplo, na zona ribeirinha de Montemor, onde já começámos, que terão de ser concretizadas para completar o resto do projecto na zona da feira, apontando-se para uma indemnização de 2,1 € ou 2,2 €, em média, por m², considerando as duas componentes - propriedade e arrendamento. São valores que têm sido bem aceites nas negociações, excepto em 2 ou 3 situações, com pessoas que já não têm nada a ver com o Concelho, que pensam que isto tem petróleo e que temos de estar preparados para tratar da situação por via judicial. Este montante que é assumido integralmente pelo Município, integra-se,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2009, Fevereiro, 16***

logicamente, na percentagem de capitais próprios que vamos afectar ao projecto e para o qual é preciso liquidez porque, se noutros casos ainda podemos ficar a dever, neste contexto isso não pode acontecer. É bom esclarecer, também, que o Município possui vários terrenos no vale para os quais está equacionada a hipótese de se virem a realizar permutas, mas o processo tem sido muito complexo porque há terrenos que são propriedade da própria Direcção-Geral de Finanças que estão englobados no Tesouro fazendo parte do património do Estado. Os serviços de têm-nos afectos ao plano de rega e ao plano do Baixo Mondego, mas o verdadeira proprietário é o Tesouro e para resolver essa parte foram realizadas diversas negociações para se entender como é que se iria processar toda a tramitação. Muita desta área vai ser desafecta da Reserva Agrícola Nacional, o que não quer dizer que passa para o Município pois será sempre propriedade do Estado, mas adstrita a uma utilização específica que, neste caso concreto, são as infra-estruturas que estão em cima da mesa.-----

-----Este processo vai dar entrada na candidatura do Programa Operacional de Valorização do Território (POVT), até 27 do corrente mês. Era para ter sido entregue em Outubro, passou para Dezembro, para Janeiro e, agora, mudaram para Fevereiro. Quem esteja mais atento e que tenha a memória mais curta sabe perfeitamente que, em 8 de Setembro de 2007, assinámos um protocolo com Instituto Desporto de Portugal (IDP) patrocinado pelo Ministro da Presidência e pelo Secretário de Estado do Desporto em que o Estado, através do IDP, se comprometia a financiar 75% do CAR de Montemor estimado, naquela data, em 11 milhões de euros, tendo nós que desenvolver o processo até Janeiro do ano seguinte. Mais tarde o próprio Estado solicitou-nos que este projecto fosse remetido em termos de enquadramento financeiro ao QREN através da integração de uma candidatura ao POVT sendo salvaguardado que, dentro desse projecto, os 70% que eram do Estado passaram para os Fundos Comunitários, os 25% da CM e 5% são apenas à subvenção nacional que é assumida pelo IDT. A questão que se pôs, desde a primeira hora, foi que este projecto fosse considerado como de interesse logicamente nacional e cuja subvenção nacional a assumir pelo Município fosse isenta da capacidade de endividamento como é feito para os Centros Escolares e para o Ciclo Urbano da Água. Sobre a obra em si, reitero o que já afirmei por diversas vezes: esta é uma obra herdada num contexto duma pista de remo e hoje estamos a falar dum CAR, completamente diferente. Tive a humildade e a capacidade de, no dia 7 de Setembro de 2007, de fazer um elogio a quem o lançou, para dizer que, a partir de agora, tem um pai biológico novo. -----

-----A questão, para mim, evidente, é: assumindo esta processo não podemos prender as acções do Município exclusivamente a ele, em detrimento de factores de coesão interna e desenvolvimento do concelho. Tal questão não se coloca e, hoje, adjudicámos 3 grandes obras de saneamento que vão, finalmente, fazer subir a cobertura dos 41% existentes, 36% quando aqui chegámos, para 81%. Com elas concretiza-se o saneamento para a Abrunheira, Seixo, Liceia e Gatões e segue-se, na

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2009, Fevereiro, 16***

próxima semana, Vila Nova da Barca, Verride e toda a EN 335-1, desde a Volta da Tocha até Arazede, mais propriamente até às Faíscas, bem como a ETAR da Portela. -----

Não podemos esquecer que, no passado mês de Janeiro, foi aprovado, pelo INAG, o Documento Estratégico de Envolvência (DEE) do Município de Montemor-o-Velho, criando, por assim dizer, o passaporte que permitirá a aprovação no POVT da nossa. Os concursos que hoje foram adjudicados, foram lançados em Junho do ano passado ao abrigo da legislação anterior. No dia 27 de Agosto, entrou, no POVT, a candidatura de todas estas áreas de saneamento; estamos a 16 de Fevereiro e, ainda, não tivemos resposta, o que é intolerável para quem gere. Para irmos a concurso éramos obrigados a termos concursos lançados e ao fazê-lo assumimos compromissos que, tenho muitas dúvidas que assim possa ser, mas a eventual não aprovação de candidaturas levaria ao cancelamento de todos os compromissos assumidos. Portanto, em relação a esta matéria, neste momento, aguardamos que nos seja transmitido qual o nível de financiamento destas obras, porque nem tudo o que é candidatável é elegível. Há, pois, um conjunto de investimentos que, neste momento, estão salvaguardados. Lembro, também, que, em Outubro de 2008, tive uma reunião na ANMP enquanto representante da CIBM, onde as Águas de Portugal onde foi proposto que, durante os meses de Novembro e Dezembro, iriam decorrer reuniões com todas as NUTs III, da Região Centro, para negociar parcerias em que as Águas de Portugal iriam negociar com os Municípios formas de gestão de investimentos mas essa reunião nunca veio a acontecer. Agora as Águas do Mondego que pode ser uma operadora das Águas de Portugal, vem falar connosco sobre a actualização do estudo a que Montemor aderiu para uma pré-adesão ao Sistema Multimunicipal. O que não acredito é que isto vá continuar porque com isso o dinheiro não vem para o PO Regional e então como é que isto se faz, como é que isto se desembrulha? Alterando a legislação, enquadrando noutra regulamentação e transferindo verbas que estavam na Administração do POVT para a Administração do Quadro Regional. A questão que aqui se põe é, nós irmos já, lá ao primeiro bolo e, depois estarmos em condições de dizer: neste momento posso negociar convosco a alta e porque é que estou a falar em alta? Pelas Etar's que temos, neste momento preparadas, para serem adjudicadas - a que vai servir Seixo, Liceia e Gatões; a que vai servir Verride, Vila Nova da Barca e Abrunheira; a que vai servir a Portela e a de Arazede que custam 4 milhões de euros que podem vir a ser negociados já numa pré-adesão ao sistema".-----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação do ponto em causa, que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 0; -----

----- Votos a favor – 32; -----

----- Esta proposta foi aprovada por unanimidade. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Fevereiro, 16

----- Todos os pontos da Ordem de Trabalhos foram aprovados em minuta para efeitos imediatos.
----- O PMAM perguntou, finalmente, aos elementos do público presente se desejavam fazer alguma intervenção e não tendo havido qualquer pedido nesse sentido, deu por encerrada a Sessão às 18h15 minutos. E, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada nos termos da Lei.
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Lídio dos Santos Cristo, Dr.
O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Manuel Eduardo Magalhães Portelinha
O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Vítor Manuel Monteiro Travassos